



boletim municipal

O Boletim Municipal do Município de Évora tem periodicidade mensal e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Código do Procedimento Administrativo inclui única e exclusivamente a publicação das deliberações dos órgãos autárquicos bem como as decisões dos respectivos titulares e trabalhadores, destinadas a ter eficácia externa.

O Boletim Municipal pode ser consultado no sítio oficial na internet da Câmara Municipal de Évora (www.cm-evora.pt) e está igualmente disponível nos Serviços Municipais.

CÂMARA MUNICIPAL

DESPACHO

DELEGAÇÃO DE PODERES

Pelo presente Despacho, eu, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, no âmbito das competências que me são conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, redação atual, designadamente as referidas no seu artigo 35º do Anexo I, nos termos e para os efeitos previstos em matéria de delegação de competências constantes do artigo 38º do Anexo I do mesmo diploma legal, DELEGO no Diretor do Departamento de Administração e Pessoal - Luís Miguel Madeira Pires - as seguintes competências:

Artigo 35º, n.º 1, alíneas:

g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite estipulado de € 5.000,00 (cinco mil euros), com a exceção das referidas no n.º 2 do artigo 30.º;

h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas;

k) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação.

N.º 2, alínea:

h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação.

Artigo 38º, n.º 2, alíneas:

a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

b) Justificar faltas;

d) Homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores, nos casos em que o delegado ou subdelegado não tenha sido o notador;

e) Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas;

i) Praticar os atos relativos à aposentação dos trabalhadores.

Artigo 38º, n.º 3, alíneas:

a) Autorizar a realização e o pagamento de despesas em cumprimento de contratos de adesão cuja celebração tenha sido autorizada e com cabimento no orçamento em vigor;

b) Autorizar a realização de despesas até ao limite de € 5.000,00 (cinco mil euros);

e) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;

f) Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;

g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivado de que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

j) Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;

m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante.

Évora, Paços do Concelho, 2 de maio de 2022

O Presidente da Câmara

Carlos Pinto de Sá

DESPACHO

DELEGAÇÃO DE PODERES

Pelo presente Despacho, eu, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, no âmbito das competências que me são conferidas pelo Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, redação atual, designadamente as referidas no seu artigo 35º, nos termos e para os efeitos previstos em matéria de delegação de competências constantes do artigo 36º do mesmo diploma legal, de acordo com a distribuição de pelouros fixada por meu Despacho datado de 17 de novembro de 2021, DELEGO no Vereador Alexandre Manuel Rosa Varela, as seguintes competências da Lei n.º 105/2015, de 15 de agosto - REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO:

Artigo 20º (n.ºs 1, 2 e 5):

Atribuição e emissão da licença para o exercício da atividade de



1.4247. **Aprovada por unanimidade.**

6.25. Pedido de aprovação de obras de conservação / Rua Mendo Esteves, N.º 43, 45 e 47, (fracção A), em Évora. Req: Joaquim Miguel Mendonça Mira. Processo 1.5047. **Aprovada por unanimidade.**

6.26. Pedido de aprovação do projeto de arquitetura e especialidades entregues (alterações no decurso da obra)/Rua da Boa Esperança, Lote 2, Canaviais, em Évora. Req: CLA - Construções, Lda. Processo 1.15226. **Aprovada por unanimidade.**

Propostas para ratificação

6.27. Pedido de aprovação de obras de conservação / Rua João de Deus, N.º 80, em Évora. Req: Imoreposa - Gestão e Promoção Imobiliária, SA. Processo 1.420. **Aprovada por unanimidade.**

6.28. Pedido de aprovação do projeto de arquitetura, águas e esgotos e termo de responsabilidade pela estabilidade (legalização de piscina)/Rua da Estrela, N.º 10, Bairro da Comenda, em Évora. Req: Manuel António Francisco Lopes Calado. Processo 1.645 1. **Aprovada por unanimidade.**

6.29. Pedido de emissão de licença especial (art. 88º) - 12 meses/Rua dos Penedos, n.º 10G e n.º 12, em Évora. Req: Custódia Maria Barreinho Belo Galvão. Processo 1.7804. **Aprovada por unanimidade.**

6.30. Pedido de isenção de taxa para licença especial de ruído e de instalação de recinto improvisado - Ciclo de Música ao vivo - Noites de Verão na Praça Morgado Torres, em Azaruja. Req.- Junta de Freguesia de S. Bento do Mato Azaruja. EDOC12022125992. **Aprovada por unanimidade.**

Proposta para retificação

6.31. Pedido receção definitiva das obras de urbanização do alvará de loteamento 08/2009 Quinta das Fontanas, Rua da Eira, em Évora. Req: Opção Espaço - Construção, Lda. Processo 2.3685. **Aprovada por unanimidade.**

7. SÓCIO-CULTURAL

Propostas para ratificação

7.1. Apoio À Associação de Moradores do Bairro de Almeirim para a realização das Festas do Bairro de Almeirim. **Aprovada por unanimidade.**

7.2. Apoio logístico ao Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Torre dos Coelhoos. **Aprovada por unanimidade.**

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Proposta para deliberação

8.1. Assinatura do Termo de Adesão RAID - Rede de Apoio ao Investimento da Diáspora no âmbito do Plano Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora e identificação do Ponto Focal. **Aprovada por unanimidade.**

Para conhecimento

8.2. Relatório do Sorteio de Natal (1.ª edição). **Tomado conhecimento.**

9. AMBIENTE E MOBILIDADE

Proposta para deliberação

9.1. Modificação Objetiva de Contrato de Gestão do Serviço de Transporte de Passageiros no Município de Évora. **Aprovada por unanimidade.**

10. APROVAÇÃO EM MINUTA - Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei nº 7512013, de 12 de setembro.

Évora, Paços do Concelho, 24 de agosto de 2022

O Presidente da Câmara
Carlos Pinto de Sá

AVISO

Nos termos do artigo 77.º e dos n.º 1 e 4 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Évora emitiu em 08.08.2022 o ADITAMENTO N.º 1 AO ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTO N.º 2/2008, emitido em nome de **Itensimple - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda**, portador do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 507601815, que titulou o licenciamento da operação de loteamento do prédio sito em **Quinta das Fontanas, em Évora**, da freguesia da Malagueira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Évora sob o n.º 8916/19970505 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 89, secção A, da respectiva freguesia.

O presente aditamento foi requerido por **João Carlos Carvalho da Paixão**, portador do cartão de cidadão n.º 7217615 e número de contribuinte 146757513, proprietário dos prédios sitos em **Quinta das Fontanas, Lote 2 e 3, em Évora**, da freguesia da União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras, atualmente descritos na Conservatória do Registo Predial de Évora sob os n.ºs 705/20080825 e 706/20080825 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 7534 e 7535, respetivamente.

A operação de loteamento foi aprovada por deliberação de Câmara de 27.07.2022.

Área abrangida pelo PUE - Plano de Urbanização de Évora.

As alterações ao alvará constam de:

A alteração das áreas de implantação máximas dos lotes 2 e 3, passando de 151,00 m² e de 149,00 m² para 303,00 m² e 298,00 m², respetivamente;

A alteração dos polígonos de implantação dos lotes 1, 2, 3, 4 e 5, cumprindo o alinhamento frontal, com afastamento à frente do lote de 6,00m;

O reajuste das cotas de soleira nos 5 lotes;

A alteração da área do lote 1, onde já consta a anexação de uma parcela de terreno de 3,98m² conforme escritura celebrada entre a edilidade e o promotor e que já se encontra registada na conservatória do registo Predial sob o n.º 1607/20211217 da freguesia da Malagueira.

Évora, Paços do Concelho, 22 de agosto de 2022

Por delegação de Competências do Presidente

A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Elsa Carvalho, Arqt.ª

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS N.º 3/2022

Considerando que:

1 - A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contratualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.

2 - Deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no artigo 120.º da referida Lei, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade.



- a) Receber atempadamente as transferências após a apresentação dos comprovativos de despesa;
b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada ao exercício das competências delegadas, conforme melhor descritas no anexo III e que faz parte integrante deste contrato.
b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
d) Entregar à Primeira Outorgante os relatórios a que se refere o n.º 1 da Cláusula 14.ª.

Cláusula 13.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste contrato, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 14.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante, relatório anual de avaliação de execução do contrato firmado.
2. A Primeira Outorgante pode, ainda, solicitar outros elementos adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 15.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente contrato de delegação de competências a que refere a cláusula 1.ª.

Cláusula 16.ª | Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª | Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução dos contratos, as partes podem resolver o presente contrato quando se verificar:
a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;
b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. A Cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula 18.ª | Caducidade

O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

Cláusula 19.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, por escrito, para a sede das partes outorgantes.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª | Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2022.

Cláusula 22.ª | Cumprimento de obrigações legais

1 - Este contrato foi presente a reunião da Câmara Municipal de Évora de 30 de junho de 2022 e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Évora de 15 de julho de 2022, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião de Junta da União de Freguesias de Évora de 08 de abril de 2022, em conformidade com o disposto nas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de União de Freguesias de Évora de 26 de abril de 2022, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

2 - O investimento a suportar pela primeira outorgante consta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 aprovado em reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 22 de abril de 2022, foi cabimentado em 05 de abril de 2022 pelo número 712/2022 e atribuído o número de compromisso 1234/2022 em 05 de abril de 2022.

Feito em duplicado, aos dois dias do mês de agosto de 2022, ficando um original com cada uma das partes outorgantes.

O PRIMEIRO OUTORGANTE

(Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá)

O SEGUNDO OUTORGANTE

(Francisco Branco de Brito)

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE	Município de Évora
DIRETOR	Carlos Pinto de Sá
EDIÇÃO	Câmara Municipal de Évora
COORDENAÇÃO	Divisão de Comunicação
TIRAGEM	100 exemplares
DESIGN	Divisão de Comunicação
IMPRESSÃO	Câmara Municipal de Évora
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Praça do Sertório, 7004-506 Évora Tel. 266 777 000 Fax. 266 702 950 Email. cmevora@cm-evora.pt